

CASE: Implantação de Simulador de Processo Eletrônico no Curso de Direito

AUTOR: Márcio Ricardo Zago

CURSO/ANO APLICAÇÃO: Direito/2014

METODOLOGIA: Simulação; Role-Play.

RESUMO: Trata-se do desenvolvimento e implantação de uma plataforma similar à adotada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para o processo eletrônico (e-saj). Por meio deste sistema, os alunos das disciplinas de Prática Civil e Penal ficam habilitados a manusear os autos digitais, experimentando todas as fases do processo eletrônico, seja no primeiro ou no segundo grau de jurisdição. O projeto é inovador porque faz uso da tecnologia, aproximando muito mais os alunos da realidade que enfrentarão na vida profissional. A implantação do sistema ocorreu de forma quase simultânea à adoção do processo digital pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

PÚBLICO-ALVO E ENVOLVIDOS NO PROJETO: Todos os alunos matriculados nas disciplinas de Prática Civil e Penal, dos 7º, 8º, 9º e 10º termos, que perfazem, no momento, um total de 866 graduandos. Estão envolvidos neste processo 10 professores de Prática, o coordenador do Núcleo de Prática Jurídica e o coordenador do Fórum Simulado. O projeto envolve ainda os profissionais que compõem o quadro do CIT (Centro de Informação e Tecnologia) da instituição.

IMPACTOS DO PROJETO: A implantação do processo eletrônico nas Comarcas gerou um grande impacto perante os profissionais do Direito, que tinham o processo físico como realidade. O movimento gerado entre os profissionais da área chamou a atenção da instituição, a qual, por ter um perfil de inovação, entendeu adequado habilitar seu corpo discente, preparando-o para essa nova realidade. O projeto foi desenvolvido e liderado pelo coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, Marcio Ricardo Zago. Os alunos que tiveram contato com o projeto adquiriram habilidades e competências que podem ser utilizadas imediatamente nos campos de estágio, onde esses alunos se deparam com profissionais que ainda não dominam a nova realidade do processo digital.

ANEXO

Toledo é a 1ª a lecionar peticionamento eletrônico

Assessoria de Imprensa

02/06/2014

Desde julho de 2013, o Poder Judiciário adotou o PUMA - Plano de Unificação, Modernização e Alinhamento, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Diante da modernização dos fóruns, advogados podem agora distribuir,

protocolar e consultar ações eletronicamente, de casa, do escritório ou de outros locais com acesso à internet.



Acompanhando tal realidade, a **Toledo Prudente** é a primeira instituição de ensino superior no País a lecionar o sistema de petição e processo eletrônico para seus alunos da graduação em Direito.

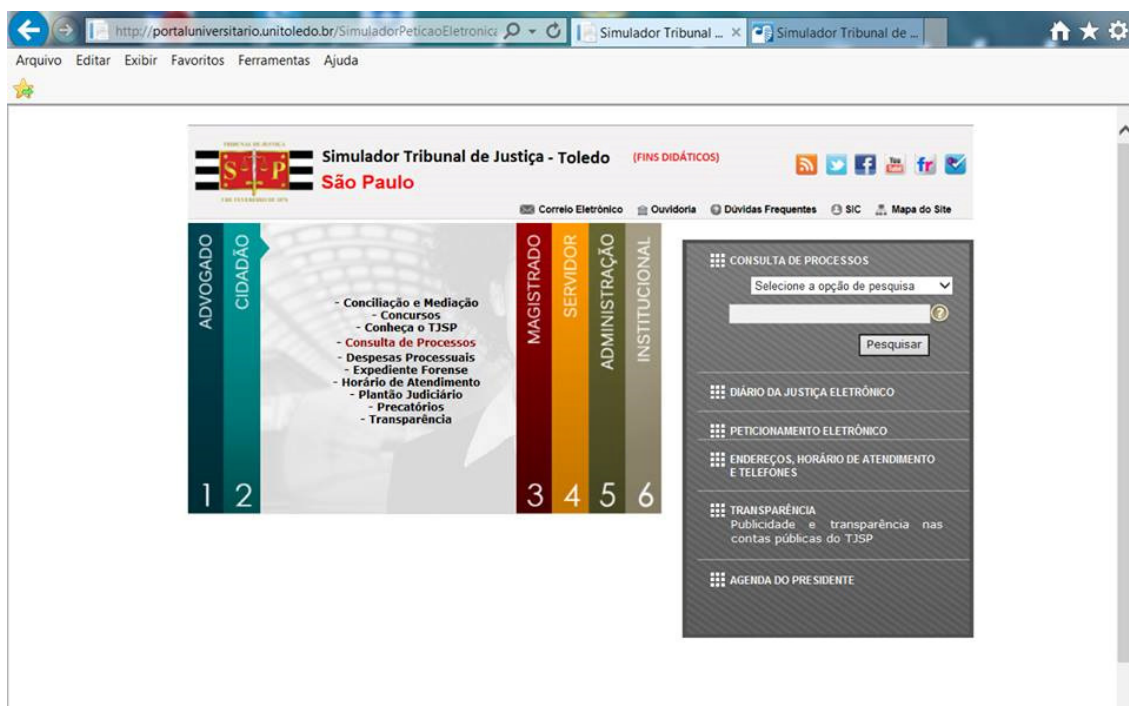
O coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da **Toledo**, professor Márcio Ricardo da Silva Zago diz que assim que os tribunais implantaram o novo sistema, na **Toledo Prudente** também já houve o plano para implantação do novo modelo de aprendizagem no curso de Direito.

“Atualmente, todos os trâmites do petição e processo são lecionados e realizados de forma prática e eletrônica. Por isso, nossos alunos precisam aprender na faculdade o que o mercado exige. Desta forma, a **Toledo Prudente** está sempre em sintonia com as reais necessidades”, comenta.

Sérgio Tibiriçá Amaral coordena o curso de Direito na **Toledo** e ressalta que algumas instituições de ensino superior implantam seminários e cursos sobre o assunto. Porém, a **Toledo Prudente** vai além e insere em sua matriz curricular todo o trâmite do processo e petição eletrônico.

“O sistema eletrônico utilizado na **Toledo** durante as aulas é similar ao do Tribunal de Justiça. Na verdade, trata-se de um simulador idealizado e desenvolvido pelo curso de Sistemas de Informação da **Toledo Prudente**”, explica.

Gisele Caversan Beltrami Marcato leciona na **Toledo**, mas formou-se nesta mesma faculdade. Ela enfatiza que enquanto aluna, teve aulas de petição da maneira como era realizada anteriormente. “Tudo era feito à mão, onde o registro e ação de juntada eram mais demorados. Hoje, leciono a mesma disciplina, porém, com as ações de forma eletrônica. Vejo que se trata de um avanço fora de série e que os alunos da Toledo já sairão na frente, pois serão inseridos no mercado já sabendo trabalhar com as ferramentas necessárias”, diz.



A aluna do 7º termo de Direito da **Toledo**, Thaísa Daneluzzi Schiefer Custódio aprovou a iniciativa e disse que nada melhor em termos de preparação em relação a prática que é exigida. “Assim, temos contato com a realidade ainda nos bancos acadêmicos, sendo um diferencial para os alunos da **Toledo**, que já terão durante as aulas o conhecimento do petição realizado de forma eletrônica”, diz.

Gustavo Pozer Pedrini cursa o 9º termo de Direito na **Toledo** e enfatiza que além da rapidez do trâmite processual, existe o fator ecológico e sustentável, pois eliminando o procedimento manual, muitas folhas de papel deixam de ser utilizadas para este fim.

“Além do mais, sei que muitos cursos estão sendo oferecidos para formados em Direito, pois os profissionais precisam se adequar a realidade judiciária, mas nós da **Toledo** nos formaremos sabendo fazer todo o procedimento”, declara.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da 29ª Subseção de Presidente Prudente, Rodrigo Lemos Arteiro, informa que na advocacia, o

peticionamento eletrônico é algo irreversível que exige adequação urgente dos profissionais. “Não existe forma mais rápida e eficaz do advogado oferecer o acesso à justiça aos seus clientes, se não for por meio do peticionamento eletrônico. E se a **Toledo** já antecipou este ensinamento, seus formandos com certeza sairão mais uma vez na frente”, conclui.

Tecnologia de ponta – O site do Simulador do Tribunal de Justiça, que é utilizado durante as aulas é uma parceria do curso de Direito com o de Sistemas de Informação da **Toledo Prudente** e todo o sistema utilizado durante as aulas é de autoria do curso.

O analista de sistemas da **Toledo Prudente**, Igor Cesar de Souza Ribeiro conta que o projeto teve início em meados do mês de julho e que houve preocupação principal na semelhança do sistema simulado com o real, do próprio Tribunal de Justiça.

“As cores, o layout, os botões e funcionalidades são iguais ao utilizados pelos advogados, que já utilizam o sistema para peticionar e acompanhar os trâmites processuais”, comenta.

Ele complementa que o site foi inteiramente programado em ASP NET, que é a mesma linguagem utilizada pelo Tribunal de Justiça.